



Em defesa do emprego, contra a mobilidade especial/requalificação, por horários adequados e salários justos, contra a municipalização

CONTRA OS DESPEDIMENTOS, PELO EMPREGO COM DIREITOS!

A defesa do vínculo público de emprego dos trabalhadores da Administração Pública é fundamental.

O aumento da precariedade e a promoção de mecanismos que permitem o despedimento sem justa causa (como é o caso da "requalificação") são exemplos claros do que o governo pretende.

No caso da Educação, para além destas medidas, também a redução do número de docentes nas escolas é uma medida injusta e inaceitável (seja pelo agravamento do horário de trabalho, seja pelo aumento do número de alunos por turma, seja, ainda, pelas alterações no plano curricular ou pelas alterações na rede escolar, nomeadamente a imposição de mega-agrupamentos ou do encerramento de escolas do 1º CEB).

Os sucessivos contratos a termo e a «recibo verde», para satisfazer necessidades permanentes e tuteladas pelos serviços da administração pública, são ilegais à luz do direito comunitário e nacional e são instrumentos de que o Governo lança mão para contratar sem direitos.

Por outro lado, é necessário pôr fim à intenção do Governo de prosseguir com os despedimentos, diminuindo a resposta dos serviços (encaminhando-os para a privatização ou sufocando a sua actividade) e causando sérios prejuízos para os cidadãos que eles servem.

Também a dignificação profissional é urgente, designadamente através da progressão nas carreiras e da valorização dos trabalhadores que prestam serviço público e são a garantia de cumprimento dos direitos constitucionais dos cidadãos.

Há muitas razões para os trabalhadores da Administração Pública, onde se incluem milhares de professores, fazerem greve no próximo dia 13 de Março.

Basta que olhemos para as consequências das políticas deste governo para o confirmarmos, a saber:

- Quebra salarial superior à do sector privado;
- Congelamento das carreiras com perda de tempo de serviço;
- Restrições no acesso aos quadros e à carreira;
- Agravamento das condições de exercício da profissão;
- Concursos com normas que promovem injustiças e a discricionariedade;
- Desemprego a disparar, com forte impacto nos professores;
- Imposição do regime da mobilidade especial/requalificação;
- Agravamento dos requisitos para a aposentação e fortes cortes nas pensões ...

35 HORAS PARA TODOS

O aumento do horário semanal para as 40 horas é um enorme retrocesso civilizacional. Hoje, muitos trabalhadores prestam mais 5 horas semanais a troco de nada, por força da imposição injusta e inconstitucional das 40 horas e da não promulgação de centenas de acordos colectivos de trabalho que repõem as 35 horas de trabalho em diversos sectores da Administração Pública.

Quanto aos professores (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário), com luta, conseguiu-se que as 5 horas se diluíssem, até hoje, na componente individual de trabalho, mas todos compreendemos os perigos que espreitam enquanto se mantiverem as 40 horas. Esta constatação não ilude o insuportável agravamento dos horários de trabalho e as crescentes sobrecargas e dispersão de tarefas no ensino superior, os limites máximos e mínimos do horário lectivo de trabalho estão regulados pelos estatutos de carreira, mas são, frequentemente, desrespeitados.

No entanto, a ilegalidade de horários impera, a par do não pagamento (ilegal) de horas extraordinárias e do abuso do recurso a bancos de horas e horários flexíveis em muitos serviços, situação que leva a que, designadamente no ensino superior e no ensino profissional, se ultrapassem os limites legalmente consagrados. É imperioso o fim destes atropelos legais e a reposição imediata das 35 horas semanais de trabalho, em respeito pelo direito a ter vida pessoal e familiar, pelo direito ao repouso e ao lazer e tendo em conta as especificidades e exigências do exercício da profissão docente.



As políticas de cortes salariais e destruição da Administração Pública, iniciadas com os PEC, a que se seguiu o Memorando da Troika e, agora, o Tratado Orçamental, têm de ter fim.

VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS, É FUNDAMENTAL!

Os sucessivos cortes nos salários e pensões e o embuste de uma «devolução» que visa esconder a manutenção de cortes efectivos de 80% do seu valor, a par da rejeição, por parte do governo, da negociação anual com as estruturas sindicais, têm levado ao empobrecimento significativo dos trabalhadores da Administração Pública que não têm qualquer aumento salarial há mais de 5 anos e vêem os seus salários reduzidos mês após mês.

Aliás, mesmo não considerando o corte feito, à cabeça, sobre os salários dos trabalhadores, os aumentos dos descontos para a ADSE e a CGA e o aumento das contribuições fiscais levam, por mês, dezenas ou mesmo centenas de euros, se compararmos o salário que recebemos hoje com os auferidos em 2010.

Exigimos o descongelamento dos salários e das posições remuneratórias, a negociação anual dos vencimentos e a reposição dos montantes roubados. Não podemos deixar que continuem a roubar as nossas vidas e os nossos direitos.

As políticas de cortes salariais e destruição da Administração Pública, iniciadas com os PEC, a que se seguiu o Memorando da Troika e, agora, o Tratado Orçamental, têm de ter fim.

A agressão contínua aos trabalhadores e a destruição das funções sociais do Estado, agora agravada com a tentativa de municipalização da Educação, mas também da Saúde, da Segurança Social e da Cultura, visam a reconfiguração do Estado e a destruição do acesso de todos aos direitos constitucionalmente consagrados.

Os trabalhadores da Administração Pública, hoje, como sempre, continuam comprometidos com a luta em defesa dos serviços públicos, dos seus direitos e da Constituição da República Portuguesa, porque defender condições e dignidade para quem trabalha é defender o direito de todos os cidadãos a uma Administração Pública de qualidade, ao serviço das populações e do país.

Pelos teus direitos e pelos direitos de todos
DIA 13, FAZ GREVE!